



É INTEIRAMENTE GRACIOSA A ALIANÇA MOSAICA? UMA VISÃO POSITIVA DA ALIANÇA MOSAICA

Jônatas Teófilo Louzada Cunha¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo principal analisar a Aliança Mosaica no contexto da teologia reformada, com foco especial nas dificuldades interpretativas que surgem ao longo da história teológica e nas críticas dirigidas à abordagem republicacionista. Essa abordagem particular sugere que a Aliança Mosaica é uma republicação do pacto de obras, o que gera debates significativos dentro da tradição reformada. A metodologia adotada no estudo inclui uma revisão detalhada das interpretações históricas reformadas, com ênfase nos escritos de importantes teólogos como João Calvino, Francis Turretin e Herman Witsius. Além disso, o artigo oferece uma análise crítica aprofundada da abordagem republicacionista, destacando suas implicações teológicas e suas limitações. Os principais resultados do estudo indicam que, sob a perspectiva reformada, a Aliança Mosaica é amplamente graciosa, administrando Cristo através de sombras e proporcionando tanto justificação quanto santificação ao povo de Deus. Contudo, há também um aspecto de ministério de morte e condenação presente na aliança, quando esta é considerada estritamente. O estudo também explora a continuidade entre a Aliança Mosaica e a Nova Aliança, reconhecendo as diferenças, mas enfatizando a sua conexão essencial na história da redenção. Em conclusão, o artigo argumenta que a Aliança Mosaica deve ser

¹ O autor é bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade de Brasília; Mestre em Divindade pelo Reformed Theological Seminary; Doutorando em Ministério pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper e Reformed Theological Seminary. É pastor auxiliar na Segunda Igreja Presbiteriana de Samambaia – DF e editor assistente na Éden Publicações.

vista de forma positiva, como uma parte crucial na preparação para a Nova Aliança, que, por sua vez, supera em glória a antiga.

PALAVRAS-CHAVE: Teologia do Pacto; Republicacionismo; Aliança Mosaica; Nova Aliança

INTRODUÇÃO

Por que um trabalho em teologia da aliança? A razão é esta: “A Teologia da Aliança é a maneira bíblica de explicar: a expiação, a segurança da salvação dos cristãos, os sacramentos, a história da redenção, e a dinâmica da soberania de Deus e nossa responsabilidade humana em viver a vida cristã”.² Em outras palavras,

J. I. Packer resume a importância da Teologia da Aliança em três declarações: primeiro, “o evangelho de Deus não é entendido adequadamente até que seja visto dentro de um contexto pactual”, visto que as promessas do evangelho são todas convites para que os pecadores entrem na Aliança da Graça, e desfrutem de seus benefícios. Em segundo lugar, “a Palavra de Deus não é entendida adequadamente até que seja vista dentro de um contexto de aliança”, visto que a história que forma “a espinha dorsal da Bíblia”, uma história com um grande Herói e a grande obra singular que ele se compromete a realizar, “tem a ver com o relacionamento pactual do homem com Deus, primeiro arruinada e então restaurada”.³

De fato, o que J. I. Packer disse se aplica não apenas à Teologia da Aliança como um todo, mas também a todos os componentes da Teologia da Aliança. Assim, também é verdade que o evangelho e as Escrituras não são entendidos adequadamente se a Aliança Mosaica e seu relacionamento com a Nova Aliança não forem entendidos no correto contexto pactual apresentado nas Escrituras.

Portanto, a importância de uma perspectiva correta da Aliança Mosaica para um entendimento apropriado da Nova Aliança é a motivação e o objeto de estudo deste trabalho. Por esse motivo, o objetivo e a tese deste trabalho são mostrar que as Escrituras apresentam uma visão positiva da Aliança Mosaica e a apresentar como uma aliança boa e graciosa. Pois, apenas quando se entende o quanto a Aliança Mosaica é grandiosa, boa e agradável, é possível apreciar completamente o quanto a Nova Aliança é melhor.

Assim, a tese deste trabalho será apresentada e discutida da seguinte maneira: Primeiro, na seção II, este trabalho explicará algumas das dificuldades

²DUNCAN, Ligon. *01ST601: Covenant Theology*. Palestra, 24 de novembro de 2019.

³Monergism. *Why is Covenant Theology important?*. Disponível em <<https://www.monergism.com/thethreshold/articles/onsite/qna/why covenant.html>>. Acesso em 24 de novembro de 2019.

interpretativas relacionadas ao entendimento adequado da Aliança Mosaica. Segundo, na seção III, este trabalho apresentará e criticará a resposta republicacionista às dificuldades interpretativas apresentadas na seção II. Terceiro, na seção IV, este trabalho apresentará algumas das mais importantes respostas historicamente reformadas às dificuldades interpretativas apresentadas na seção II. Quarto, na seção V, este trabalho apresentará uma interação entre a abordagem historicamente reformada da Aliança Mosaica e alguns textos bíblicos. Por fim, na seção VI, a conclusão deste trabalho será apresentada.

1. DIFICULDADES INTERPRETATIVAS EM RELAÇÃO À ALIANÇA MOSAICA

A Aliança Mosaica é boa? A Aliança Mosaica foi um fracasso? A Aliança Mosaica poderia justificar o povo de Deus no Testamento Mosaico? Estas são algumas questões interpretativas importantes que o estudo das Escrituras exige, a respeito do lugar apropriado da Aliança Mosaica na história da redenção.

Para entender melhor as dificuldades interpretativas, considere as seguintes questões: Primeiro, o salmo 105.8-10 apresenta a Aliança Abraâmica e a Aliança Mosaica como idênticas⁴ e, em Gênesis 15.6, as Escrituras testificam que Abraão foi justificado pela fé. Entretanto, Paulo prega em Atos 13.39 que em Cristo há justificação que a Lei de Moisés não poderia dar ao povo de Deus.

Em segundo lugar, Davi escreve no salmo 19 que a Lei de Deus (“תּוֹרַת יְהוָה” – que certamente inclui a Aliança Mosaica) é perfeita e revive a alma (Sl 19.7). Ainda assim, Hebreus 7.19 argumenta que a Lei não aperfeiçoou nada.

Em terceiro lugar, apesar das poucas passagens do Novo Testamento que parecem estar criticando a Aliança Mosaica, todas as outras ocorrências da palavra aliança (OT – “בְּרִית” / NT – “διαθήκη”) e Lei (OT – “תּוֹרָה” / NT – “νόμος”) no Antigo e no Novo Testamentos nunca apresentam uma visão negativa sobre a Aliança Mosaica ou a Lei. Entretanto, em 2Coríntios 3.6ss, Paulo descreve o ministério da Lei Mosaica como um ministério de morte e condenação.

Assim, a Aliança Mosaica pode justificar ou não? A Aliança Mosaica é boa e capaz de reviver a alma ou realmente nunca aperfeiçoou nada? Com certeza, as Escrituras não entram em contradição. Então, como juntar essas descrições da Aliança Mosaica de uma maneira que seja fiel às Escrituras e faça sentido?

Os teólogos de Westminster respondem essas perguntas afirmando isto (grifo nosso):

CFW 7.5,6: Este pacto no tempo da Lei não foi administrado como no tempo do Evangelho. Sob a Lei foi administrado por promessas, profecias, sacrifícios, pela circuncisão, pelo cordeiro pascoal e outros tipos e ordenanças dadas ao povo judeu,

⁴BERKHOF, Louis. *Systematic Theology*. Grand Rapids, MI: William B. Eerdmans Publishing Company, 1996, p. 297.

prefigurando, tudo, Cristo que havia de vir; por aquele tempo essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram **suficientes e eficazes** para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem **tinham plena remissão dos pecados** e a **vida eterna**: essa dispensação chama-se o Velho Testamento. Sob o Evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado são a pregação da palavra e a administração dos sacramentos do batismo e da ceia do Senhor; por estas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com maior simplicidade e menor glória externa, o pacto é manifestado com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações, aos judeus bem como aos gentios. É chamado o Novo Testamento. **Não** há, pois, dois pactos de graça **diferentes em substância** mas um e o mesmo sob várias dispensações.

CFW 8.6: Ainda que a obra da redenção não foi realmente cumprida por Cristo senão depois da sua encarnação; contudo **a virtude, a eficácia e os benefícios dela**, em **todas as épocas sucessivamente desde o princípio do mundo, foram comunicados aos eleitos** naquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais ele foi revelado e significado como a semente da mulher que devia esmagar a cabeça da serpente, como o cordeiro morto desde o princípio do mundo, sendo o mesmo ontem, hoje e para sempre.

CFW 11.6: A **justificação** dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes respeitos, **a mesma justificação** dos crentes sob o Novo Testamento.

CFW 27.5: Os **sacramentos do Velho Testamento**, quanto às coisas espirituais por eles significados e representados, eram **em substância os mesmos** que do Novo Testamento.⁵

Portanto, de acordo com os teólogos de Westminster, a resposta confessional a essas perguntas interpretativas sobre a Aliança Mosaica é a seguinte: a Aliança Mosaica era uma aliança boa e graciosa que administrava Cristo através de sombras que eram, pelo poder do Espírito Santo, eficazes para resgatar e justificar o povo de Deus vivendo sob a Aliança Mosaica.

No entanto, a pergunta permanece. Como chegar a essas conclusões? Como manter essas convicções e ainda explicar parte da linguagem usada por Paulo e pelo autor de Hebreus para descrever a Aliança Mosaica? Para responder a essa pergunta, este trabalho apresentará como os teólogos reformados abordaram historicamente essa questão interpretativa.

⁵OPC. *Confession of Faith*. Disponível em <<https://www.opc.org/wcf.html>>. Acesso em 25 de novembro de 2019.

2. A ABORDAGEM DA REPUBLICAÇÃO

A abordagem da Aliança Mosaica apresentada até agora não é a única forma de os teólogos entenderem essa aliança. Uma abordagem à Aliança Mosaica que não é nova, mas que recentemente recebeu mais atenção é a que é chamada de republicação. Será importante explicar e interagir com essa abordagem, porque a abordagem da republicação fornece uma resposta alternativa às dificuldades interpretativas apresentadas na seção II em relação à Aliança Mosaica.

Então, antes de tudo, é necessário definir o que é essa abordagem republicacionista à Aliança Mosaica. Venema fornece um resumo útil do que é a republicação. Ele diz que os republicacionistas dão

uma defesa da ideia de que a aliança mosaica incluía “em algum sentido” uma republicação do pacto de obras... [eles] afirmam que a aliança Mosaica desempenha um papel distinto na história da aliança ao reiterar o “princípio de obras” da aliança de obras como base para a herança de Israel e sua permanência na terra de Canaã... [De acordo com os republicacionistas] a obediência de Israel às exigências legais da administração mosaica representava um tipo de repetição da desobediência prelapsariana e o insucesso de obter vida em comunhão com Deus. Por meio da republicação do princípio de obras da aliança de obras sob a administração mosaica, Israel e todos os membros da aliança da graça foram ensinados a esperar um mediador da aliança que cumprisse todas as obrigações da lei em nome de seu povo e garantisse a eles a herança da vida eterna em comunhão com Deus. A desobediência de Israel sob a lei da administração mosaica torna-se, portanto, um “anti-tipo” da obediência do verdadeiro Israel na pessoa do próprio Filho de Deus, que encarnou a fim de cumprir a redenção de seu povo.⁶

Aqueles que defendem um princípio de republicação dentro da Aliança Mosaica o fazem usando argumentos históricos, bíblicos e teológicos. Esses argumentos serão brevemente apresentados aqui na ordem mencionada.

Primeiro, no argumento histórico, os republicacionistas argumentam que a teologia reformada histórica fornece bases para seu entendimento da Aliança Mosaica. Por exemplo, comentando a teologia da aliança de Calvino e Witsius, Fesko “conclui que ambos os teólogos postularam a presença de um 'princípio de obras' na Administração Mosaica”.⁷

⁶VENEMA, Cornelis P. *Christ and Covenant Theology: Essays on Election, Republication, and the Covenants*. Phillipsburg, NJ: P & R Publishing, 2017, p. 40.

⁷ Ibid., p. 48.

Em segundo lugar, no argumento bíblico, os republicacionistas voltam-se para os escritos de Paulo, especialmente seu uso de Levítico 18.5 e Deuteronômio 30.1-14. Por exemplo, eles argumentam que em Romanos 10.5-6 e Gálatas 3, “o uso dessas passagens por Paulo (Lv 18.5 e Dt 30.1-14) é coerente com o sentido original delas dentro da administração mosaica e utiliza especialmente a antítese que elas expressam entre os dois princípios de heranças, um sendo o princípio de obras e o outro, um princípio de graça”.⁸ De acordo com a interpretação deles para o uso paulino dessas passagens do Antigo Testamento, Paulo “entende que a administração mosaica inclui um ‘princípio de obras’, que postula uma conexão real entre a obrigação de obediência à lei por parte de Israel e a herança da vida”.⁹

Em terceiro lugar, no argumento teológico, os republicacionistas argumentam que a lei natural traz intrinsecamente uma exigência de perfeita obediência. Assim, onde quer que a lei natural seja reafirmada, “ela também deve incluir uma republicação do que pertence intrinsecamente à natureza da lei, com suas obrigações e sanções correspondentes”.¹⁰

Crítica

Considerando esses pontos, agora é necessário demonstrar por que a republicação não é a melhor abordagem à Aliança Mosaica.

Primeiro, abordando seu argumento histórico, é interessante que eles se voltem para teólogos como Witsius para defender sua posição. Afinal, Witsius diz de uma maneira muito clara e direta que a Aliança Mosaica não é uma aliança de obras. Witsius diz: “A aliança feita com Israel no Monte Sinai não era formalmente a aliança das obras”.¹¹ Mesmo quando ele admite que a Aliança Mosaica era uma aliança nacional, ele afirma que “Israel prometeu a Deus sincera obediência a todos os seus preceitos; especialmente aos dez mandamentos”. Ou seja, Witsius deixa claro que a Aliança Mosaica não é uma Aliança de Obras em qualquer sentido e mesmo a obediência exigida pelos israelitas é uma obediência mais sincera do que perfeita.

Em segundo lugar, abordando seu argumento bíblico, os republicacionistas defendem que, em seu contexto original, passagens como Levítico 18.5 defendem um princípio de obras. Entretanto, isso não é o que as passagens transmitem em seu sentido original. Por exemplo, ao longo da passagem de Levítico 18.1-5, há uma expressão que ocorre três vezes (duas vezes “Eu sou o Senhor, vosso Deus” e uma vez “Eu sou o Senhor”) enquanto os mandamentos que exigem obediência são dados aos israelitas. Essa expressão é uma forma curta da mesma expressão usada por Deus para se revelar aos israelitas antes de exigir a obediência deles ao decálogo (Êx 20.2). Essa é uma expressão cheia de significado pactual, o que

⁸ Ibid., p. 55.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid., p. 66.

¹¹ WITSIUS, Herman. *The Economy of the Covenants between God and Man: Comprehending a Complete Body of Divinity*, trad. William Crookshank, vol. 2. Londres: T. Tegg & Son, 1837, p. 189.

também é realçado pelo fato de sempre vir com o nome pactual de Deus (“יהוה” – “Senhor”).

Assim, em Levítico 18.5, como em Êxodo 20.2, quando Deus exige obediência de seu povo, ele os lembra dos termos em que ele exige obediência. Isto é, eles deveriam obedecer porque Deus os amou e escolheu como uma nação santa, e não obedecer para que pudessem ser santos e aceitáveis a Deus. Deus deixa claro que nunca foi por mérito que Israel foi escolhido. Pelo contrário, foi unicamente por Sua graça e amor por eles (esse é o argumento principal de Dt 7.7-8). Assim, argumentar que passagens como Levítico 18.5 contêm um princípio de obras é desvirtuar completamente seu contexto. De fato, se não há princípio de obras na passagem original, podemos afirmar com certeza que Paulo, o grande exegeta inspirado por Deus, não está dizendo que havia um princípio de obras nessas passagens.¹²

Em terceiro lugar, abordando seu argumento teológico, é importante reafirmar o entendimento reformado da Administração Mosaica. Isto é, a administração mosaica só é diferente das outras administrações da aliança da graça em acidentes, não em substância. Logo, em substância, a Aliança Mosaica é semelhante a todas as outras administrações da Aliança da Graça, incluindo a Nova Aliança. Assim, o problema teológico com argumento teológico da republicação pode ser explicado da seguinte maneira: “se o que pertence à substância da aliança de obras não pertence à substância da aliança da graça em qualquer das suas administrações, é semântica e teologicamente problemático denominar a administração da Aliança Mosaica de aliança de obras em qualquer sentido”.¹³

Em outras palavras, afirmar um princípio de obras com a Aliança Mosaica é afetar sua condição de administração da aliança da graça. Portanto, como as Escrituras testemunham (e até os republicacionistas concordariam) que a Aliança Mosaica faz parte da Aliança da Graça, as alegações teológicas dos republicacionistas não são coerentes com a natureza da Aliança Mosaica e seu lugar na história da redenção.

3. A RESPOSTA REFORMADA HISTÓRICA

Assim, como demonstrado acima, a abordagem republicacionista da Aliança Mosaica não fornece uma interpretação histórica, bíblica e teológica da Aliança Mosaica. Portanto, permanece a pergunta: “como entender adequadamente a aliança mosaica na história da redenção?”. A resposta vem de três grandes teólogos reformados.

¹² ROOKER, Mark F. *Leviticus*. NAC, Nashville, TN: Broadman & Holman, 2000, p 240-41. Também apresenta uma abordagem semelhante a Levítico 18.5. Isto é, essa passagem não contém um princípio de obras.

¹³ VENEMA, Cornelis P. *Christ and Covenant Theology*, p. 131.

A resposta historicamente reformada para como entender a Aliança Mosaica vem de três teólogos reformados, a saber, João Calvino, Francis Turretin e Herman Witsius. Esses três teólogos “estão indiscutivelmente entre os mais importantes arquitetos da teologia da aliança reformada tradicional”.¹⁴ Portanto, suas obras representam algumas das melhores e mais sólidas respostas às questões interpretativas de como entender a aliança mosaica. Eles estão listados por ordem de nascimento, o que também mostra o desenvolvimento histórico do lugar da Aliança Mosaica na história da redenção.

3.1 JOÃO CALVINO

Peter Lillback resume o entendimento de Calvino sobre as diferenças entre a Antiga e a Nova Aliança, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Um resumo das diferenças entre a Antiga e a Nova Aliança¹⁵

Antiga Aliança – Antes de Cristo	Nova Aliança – Depois de Cristo
1. Bênçãos materiais e temporais representam bênçãos espirituais	1. Mediação Direta sobre bênçãos espirituais
2. Imagens e cerimônias como tipos de Cristo	2. Revelação completa de Cristo em sua encarnação
3. A Lei do Antigo Testamento é a letra que mata	3. O evangelho do Novo Testamento é o Espírito que dá vida.
a. A lei do Antigo Testamento, no sentido estrito, condena porque é a exigência da lei sem o auxílio do Espírito Santo no evangelho.	a. Na Nova Aliança, a lei é escrita no coração pelo Espírito e é acompanhada pelo perdão dos pecados.
b. A lei do Antigo Testamento, no sentido amplo, inclui o evangelho ao emprestar dele as promessas de Cristo.	b. O evangelho da Nova Aliança tem sido a experiência dos filhos de Deus desde o princípio do mundo.
4. A Antiga Aliança era caracterizada por escravidão e medo	4. A Nova Aliança é caracterizada por liberdade e confiança.
5. A Antiga Aliança era limitada a Israel.	5. A Nova Aliança é estendida a todas as nações.

Assim, de acordo com Calvino, há um ministério de condenação dentro da Aliança Mosaica (3a – o sentido estrito da Lei do Antigo Testamento). Esta é a maneira de Calvino de explicar a maneira como Paulo fala do ministério de Moisés e da Lei mosaica como sendo um ministério de morte e condenação (2Co 3.6ss) e

¹⁴ Ibid., p. 79.

¹⁵ HALL, David W.; LILLBACK, Peter A. *A Theological Guide to Calvin's Institutes: Essays and Analysis*. Phillipsburg, NJ: P & R Pub., 2008, p. 191.

como incapaz de salvar e justificar (At 13.39; Gl 3.11 etc.). Em outras palavras, de acordo com Calvino, “a lei é a letra porque, em si mesma, apenas pode dizer aos homens pecadores o que fazer e, assim, apontar para seu pecado, mas nunca os capacita a superar o mal”.¹⁶ Por esse motivo, a presença da Lei dentro da administração da Aliança Mosaica torna a Aliança Mosaica, em um sentido estrito, um ministério de morte e condenação incapaz de justificar o povo de Deus.

Entretanto, Calvino também atribui um sentido amplo à Lei do Antigo Testamento. Ele afirma que a Aliança Mosaica inclui o evangelho emprestando dele as promessas de Cristo (Tabela 1 – 3b). Assim, esta é a maneira de Calvino de explicar o outro aspecto da Aliança Mosaica, ou seja, que a Aliança Mosaica administrava Cristo através de sombras e era eficaz para salvar e justificar o povo de Deus.

Portanto, pelo uso de sentidos estrito e amplo associados à Lei do Antigo Testamento, Calvino explica como as Escrituras podem falar sobre a Aliança Mosaica como um ministério de morte e condenação que não pode justificar, e ao mesmo tempo afirmar que aqueles sob a Aliança Mosaica foram justificados e que essa Aliança era boa e graciosa, administrando Cristo ao povo de Deus.

Um bom exemplo de como Calvino usa na prática sua definição de Aliança Mosaica é sua exegese de Atos 13.38-39, onde Paulo afirma que a Lei de Moisés não poderia justificar o povo de Deus. Em seu comentário de Atos 13.38-39, Calvino afirma: “observe quantas cerimônias da lei existiam, quantos exercícios existiam para obter a remissão dos pecados”¹⁷ (sentido amplo da Aliança Mosaica). Além disso, neste mesmo comentário, Calvino afirma: “Portanto, o sentido é claro: que eles não podem ser justificados pelo pecado na lei, porque os ritos da lei não eram nem preços justos, nem legais para remover a culpa”¹⁸ (sentido estrito da Aliança Mosaica).

3.2 FRANCIS TURRETIN

Francis Turretin explica a Antiga Aliança – em particular a Administração Mosaica – de uma maneira muito semelhante a Calvino. Turretin argumenta:

A Aliança Mosaica pode ser vista em dois aspectos: ou de acordo com a intenção e desígnio de Deus, e em relação a Cristo; ou separadamente e abstraída dele. No último sentido, ela é realmente distinta da aliança da graça porque coincide com a aliança das obras e, neste sentido,

¹⁶ Ibid., p. 195.

¹⁷ Internet Sacred Text Archive Home. *Calvin's Commentaries, Vol. 36: Acts, Part I: Acts 13:38-42*. Disponível em <<https://www.sacred-texts.com/chr/calvin/cc36/cc36112.htm>>. Acesso em 25 de novembro de 2019

¹⁸ Ibid.

é chamada de letra que mata e a ministração da condenação, quando se fala de sua natureza (2Co 3.6-7). Mas, ela é injustificadamente abstraída aqui, porque sempre deve ser considerada em relação à intenção de Deus, que era: não que o homem tenha vida pela lei ou que um pecador seja simplesmente condenado, mas que, pelo senso de sua própria miséria e fraqueza, ele possa buscar refúgio em Cristo.¹⁹

Assim, como Calvino, Turretin vê também um sentido amplo e um sentido estrito dentro da Aliança Mosaica. Entretanto, ele dá um passo adiante e esclarece que esse sentido estrito não é como Deus, o autor da Aliança, pretendia que a aliança fosse usada. Para Turretin, quando Paulo fala sobre a Lei Mosaica como um ministério de condenação e morte (2Co 3.6ss), ele está abordando o uso indevido da Lei Mosaica.

De fato, Turretin explica ainda mais como a Lei Mosaica foi mal utilizada. Ele diz:

O verdadeiro fim [da Aliança Mosaica] era Cristo para justiça de todo aquele que crê (Rm 10.4), mas os judeus orgulhosos não obtiveram esse fim porque foi proposto sob um véu (2Co 3.14), isto é, envolto em tipos e figuras porque a promessa de graça relacionada a Cristo estava vestida em ritos legais. Por isso, inventaram um fim falso, sustentando que a lei era dada para que, por sua observância, eles pudessem ser justificados diante de Deus e serem salvos (Rm 10.3-5). Contra esse erro, o apóstolo em todo lugar contesta essa hipótese que entende a lei estritamente e a opõe à promessa.²⁰

Em outras palavras, para Turretin, a Aliança Mosaica era, em substância, idêntica à Nova Aliança. Entendendo da maneira mais ampla, como Deus objetivou, a Aliança Mosaica era parte da Aliança da graça e, por este motivo, era uma aliança boa e graciosa capaz de administrar Cristo àqueles que creram para que eles fossem unidos a ele, com todos os seus benefícios para eles (adoção, justificação, santificação etc.).

Por outro lado, é interessante notar que Turretin não nega que exista um ministério de condenação na Aliança Mosaica. Ele afirma que a intenção de Deus não é apenas condenar, mas condenar para que a pessoa na aliança possa buscar

¹⁹ TURRETIN, Francis. *Institutes of Elenctic Theology*. ed. James T. Dennison, trad. George Musgrave. Giger, vol. 2. Phillipsburg, NJ: P&R Publications, 1994, p. 267.

²⁰ Ibid., p. 234.

refúgio em Cristo. Assim, embora esse ministério de condenação sirva a um propósito salvífico, ele pertence à administração da Aliança Mosaica.

Portanto, de maneira muito semelhante a Calvino, Turretin resolve as dificuldades interpretativas sobre o lugar da Aliança Mosaica na história da redenção argumentando que a Aliança Mosaica tem um sentido amplo e estrito. De acordo com ele, no sentido estrito, ela é incapaz de justificar e é, de fato, um ministério de morte e condenação. Entretanto, em seu sentido amplo (como Deus pretendia que fosse usada), é uma administração da Aliança da graça que administra Cristo por meio de sombras e, por esse motivo, é capaz de justificar o povo de Deus sob sua administração.

3.3 HERMAN WITSIUS

Herman Witsius também interage com as dificuldades interpretativas associadas à Aliança Mosaica. Ele usa uma linguagem relativamente diferente. Ele não fala da Aliança Mosaica em um sentido amplo e estrito, mesmo que os mesmos conceitos de João Calvino e Francis Turretin também estejam presentes no desenvolvimento de Witsius para a Aliança Mosaica.

De acordo com Witsius, há um ministério de morte e condenação dentro da Aliança Mosaica que ele descreve desta forma: “o ministério de Moisés é chamado de ‘ministério de morte e condenação’, 2Co 3:7,9: sem dúvida, porque mencionava a condenação do pecador e obrigava os israelitas a subscrevê-la”.²¹ Para Witsius, “quando a lei foi dada do Monte Sinai ou Horebe, houve uma repetição da aliança de obras”. Pois aqueles tremendos sinais de trovões e relâmpagos, de terremoto, fumaça espessa e escuridão negra, foram adaptados para atingir Israel com grande terror”.²²

Portanto, nesse sentido, a explicação de Witsius para a Aliança Mosaica se assemelha ao que Calvino e Turretin chamavam de sentido estrito da Aliança Mosaica. Além disso, nesse sentido, a Aliança Mosaica não podia justificar o povo de Deus (At 13.39) e era de fato um ministério de condenação e morte (2Co 3.6ss).

Entretanto, da mesma forma que Turretin, Witsius deixa claro que, quando as Escrituras apresentam esse aspecto estrito da Aliança Mosaica, elas falam de um uso indevido da Aliança e não conforme o pretendido por Deus para Seu povo da aliança. Expondo essa questão, Witsius escreve (grifo nosso):

Os israelitas carnais, sem seguir o propósito ou intenção de Deus, como deveriam, **confundiram** o verdadeiro sentido dessa aliança, adotando-a como uma aliança de obras, e, por meio dela, buscaram justiça. Paulo declara isso, Rm 9:31,32: “E Israel, que buscava a lei de justiça, não chegou a atingir essa lei. Por

²¹ WITSIUS, Herman. *The Economy of the Covenants between God and Man*. p. 187-188.

²² *Ibid.*, p. 188.

quê? Porque não decorreu da fé, e sim como que das obras. Tropeçaram na pedra de tropeço”. E com o mesmo propósito, em Gl 4:24, 25, ele compara os ismaelitas aos israelitas, quando estes permaneceram nos desertos da Arábia, que era o país daqueles que nasceram sob servidão de sua mãe Hagar ou o pacto do Monte Sinai, e sendo destituídos da verdadeira justiça, com Ismael, por fim, serão afastados da casa de seu pai celestial. Pois, neste ponto, Paulo não considera a aliança do Monte Sinai **como em si mesma, e na intenção de Deus**, oferecida aos eleitos, mas **abusada** por homens carnis e hipócritas.²³

Assim, como Calvino e Turretin, Witsius expõe o ministério de condenação da Aliança Mosaica como subserviente ao propósito gracioso dessa mesma aliança. Isto é, Witsius argumenta que (grifo nosso):

Os israelitas foram, portanto, foram lembrados da aliança das obras, **para** convencê-los de seu pecado e miséria, para afastá-los de si mesmos, para mostrar-lhes a necessidade de satisfação e para compeli-los **a Cristo**. E, assim, o fato de serem lembrados da aliança de obras tendia a **promover a aliança da graça**.²⁴

Assim, como foi demonstrado, Witsius entende o propósito histórico redentor da Aliança Mosaica de uma maneira muito semelhante a João Calvino e Turretin. Isto é, Witsius afirma um de condenação e morte dentro da Aliança Mosaica. Entretanto, de acordo com ele, esse aspecto da Aliança Mosaica deveria levar o povo de Deus a Cristo. Isto é, a Aliança Mosaica nunca foi planejada por Deus para se tornar uma aliança de obras. Pelo contrário, a Lei dada dentro dela era subserviente à intenção graciosa de Deus de salvar seu povo.

Para concluir esta seção, é importante observar duas coisas. Primeiro, é importante notar que esses três teólogos, que estão “indiscutivelmente entre os arquitetos mais importantes da teologia da aliança reformada tradicional”,²⁵ concordam não apenas entre si, mas com os teólogos de Westminster na maneira como entendem o lugar da Aliança Mosaica na história da redenção. Todos eles entendem que existe um sentido em que a Aliança Mosaica é um ministério de condenação e morte e, nesse sentido, é incapaz de salvar os pecadores.

Entretanto, todos eles também classificam a Aliança Mosaica como uma aliança da graça que é capaz de administrar Cristo e unir os crentes a Ele, tornando-os recipientes de todos os benefícios da Aliança da Graça (adoção, justificação, santificação etc.). Assim, mantendo esses dois aspectos da Aliança

²³ Ibid , p. 189-190.

²⁴ Ibid., p. 188.

²⁵ VENEMA, Cornelis P. *Christ and Covenant Theology*, p. 79.

Mosaica juntos, a explicação desses três teólogos importantes para como entender a Aliança Mosaica resolve a aparente contradição entre a maneira como diferentes textos das Escrituras falam sobre a Aliança Mosaica.

Em segundo lugar, é importante notar que, embora a concordância deles não seja um fator determinante de se eles estão certos ou errados, é um fator importante a ser levado em conta quando se considera o tópico de como compreender corretamente a Aliança Mosaica. Em outras palavras, a teologia histórica não está livre de erro, mas estamos certamente mais suscetíveis ao erro se não considerarmos o que outros teólogos do passado disseram sobre um determinado tópico. De fato, considerando a importância desses três teólogos, sua harmonia em relação à Aliança Mosaica e a justificativa bíblica para seus argumentos, seu entendimento da Aliança Mosaica certamente responde a questão de como entender a Aliança Mosaica na história da redenção.

4. INTERAGINDO COM AS ESCRITURAS

Como foi demonstrado, historicamente, a teologia reformada definiu a Aliança Mosaica num sentido amplo e estrito. Em seu sentido amplo, a Aliança Mosaica administra Jesus Cristo por meio de sombras e une os crentes a Cristo. Por esse motivo, a Aliança Mosaica é uma aliança boa e graciosa que salva, justifica e santifica o povo de Deus sob sua administração. Esse sentido amplo é como Deus pretendia que a Aliança Mosaica fosse usada. Neste sentido estrito, a Aliança Mosaica é um ministério de morte e condenação (2Co 3.6ss). Ela manifesta as exigências da Lei à parte de Cristo. Esse sentido restrito não é como Deus pretendia que a Aliança Mosaica fosse usada. Assim, falar de um sentido restrito da Aliança Mosaica é falar hipoteticamente.

Considerando essa definição sobre como entender adequadamente a Aliança Mosaica, este trabalho agora apresentará uma interação entre essa definição e duas passagens das Escrituras.

4.1 ROMANOS 8.1

Em Romanos 8.1, Paulo nos ensina que não há condenação para os que estão em Cristo Jesus. Entretanto, a Aliança Mosaica em um sentido estrito admite que alguém pode estar na Aliança Mosaica e separado de Cristo. Assim, estes nessa situação estão sob um ministério de condenação e morte (2Co 3.6ss). Mesmo estando na Aliança Mosaica, eles estão abusando dela. Como isso é possível? Como alguém pode estar na Aliança Mosaica e não em Cristo?

A maneira mais útil de explicar como isso é possível é usar a distinção de Berkhof entre aliança como um relacionamento puramente legal e como comunhão de vida. Isto é, a Aliança Mosaica não é apenas uma aliança, mas pode ser vista de duas perspectivas diferentes. Primeiro, a Aliança Mosaica é um compacto objetivo na esfera jurídica. Isto é, a Aliança é “um acordo entre dois

partidos, com condições e estipulações mútuas e, portanto, como algo na esfera jurídica”.²⁶ Neste sentido jurídico, a aliança é regulada completamente de uma forma objetiva. Assim, “o fato determinante nessa esfera [i.e., legal] é simplesmente a relação que foi estabelecida, e não a atitude que se assume com essa relação”.²⁷

Portanto, nesse sentido legal, todo israelita quando circuncidado estava na Aliança Mosaica. Entretanto, nem todos eles estavam na Aliança Mosaica em um sentido de comunhão de vida. Isto é, esse relacionamento legal estabelecido com os circuncidados apenas traz uma comunhão viva com Cristo para aqueles que são regenerados e eleitos, aqueles “que são dotados com o princípio da fé”.²⁸

Assim, aqueles que não são eleitos e não recebem o dom da fé estão na aliança, mas não são da aliança.²⁹ Esse relacionamento jurídico só pode condenar aqueles que pertencem apenas legalmente à Aliança Mosaica porque eles estão calcando aos pés a graça de Deus, o que o autor de Hebreus diz que só produz juízo eterno (Hb 10.27). De fato, no tempo devido, porque eles não são da aliança, eles serão completamente cortados de Deus (representado pela remoção dos israelitas rebeldes), o que só pode conduzi-los à condenação.

4.2 SALMOS 19.7-10

Em Salmo 19.7-10, o salmista escreve sobre como a Lei de Deus é perfeita e agradável. A palavra para Lei aqui é “תּוֹרָה”, o que inclui todo o Pentateuco. Em outras palavras, quando o salmista reflete sobre a Lei em Salmos 19.7-10, a Aliança Mosaica com todas as suas leis (moral, civil, cerimonial) é incluída. Assim, em certo sentido, o salmista está dizendo nesses versículos que a Aliança Mosaica é “perfeita e restaura a alma”, “fiel e dá sabedoria aos simples”, “reta e alegre o coração”, “mais doce que o mel”, etc.

O salmo 19.7ss, juntamente com outras passagens como o salmo 119.103, reflete como as Escrituras têm uma visão positiva da Aliança Mosaica. De fato, como mencionado anteriormente, em toda as Escrituras, não há uma referência negativa à Aliança Mosaica, exceto aquelas que falam sobre a Aliança Mosaica em um sentido estrito e hipotético que não faz parte da aliança em si e, por esse motivo, não está criticando a aliança, mas o uso indevido dela.

Entretanto, é comum que os teólogos falem da Aliança Mosaica de uma forma negativa. Mesmo Calvino, Turretin e Witsius, embora não necessariamente falem de maneira negativa sobre ela, apresentam alguns aspectos negativos da Aliança Mosaica. Por exemplo, como mostrado na tabela 1, Calvino diz que a Antiga Aliança foi caracterizada por escravidão e medo; Turretin diz que a lei

²⁶ BERKHOF, Louis. *Systematic Theology*. p. 286.

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

²⁹ BAVINCK, Herman. *Reformed Dogmatics: Sin and Salvation in Christ*. ed. John Bolt, trad. John Vriend, vol. 3. Grand Rapids, MI: Baker Academic, 2006. p. 232.

cerimonial “oprimia os adoradores”;³⁰ Witsius diz que a circuncisão era um jugo e a política mosaica aumentou o jugo e a servidão do povo de Deus.³¹

Assim, a Aliança Mosaica é boa ou ruim? A definição de Aliança Mosaica estrita e ampla, e o conceito de relacionamento puramente legal ou comunhão de vida para a Aliança Mosaica (ver acima a explicação desses dois conceitos) ajuda a responder essa questão da seguinte maneira.

Primeiro, para aqueles que não estão em Cristo e têm um relacionamento puramente legal com a Aliança Mosaica, ela está disponível apenas para eles no sentido estrito. Isto é, para eles, a Aliança Mosaica é um ministério de morte e condenação (2Co 3.6ss). Assim, de fato, para aqueles que estão nessas circunstâncias, as Leis Mosaicas apenas trazem escravidão, medo, servidão e opressão.

Entretanto, aqueles que experimentam esse fardo, medo e condenação da Aliança Mosaica o fazem não por causa dela, mas por que a utilizam erroneamente. Eles não usam a Aliança Mosaica como Deus pretendia que ela fosse usada. Assim, o problema está neles e não na Aliança Mosaica. É exatamente este o argumento de Paulo em Romanos 7.7-13. Isto é, a Aliança Mosaica é boa. A falha estava na incapacidade de Paulo de obedecê-la, não na provisão de Deus.

Em segundo lugar, para aqueles que estão em Cristo e têm um relacionamento de comunhão de vida com a Aliança Mosaica, usando-a em seu sentido amplo como Deus desejou, a Aliança Mosaica é puramente uma bênção e não leva a escravidão ou opressão. Afinal, por que Deus os tiraria do Egito, a casa da servidão (Êx 20.2) onde eles eram escravos e oprimidos (Êx 3.7-8) para escravizá-los e oprimi-los?

Por este motivo, a Aliança Mosaica como Deus pretendeu é exclusivamente uma aliança boa. Assim, é compreensível que as Escrituras nunca lhe atribuam atributos negativos, e Davi (que certamente está em Cristo) pode se deleitar com a Aliança Mosaica (Sl 19.7ss; Sl 119.103) e até mesmo em suas atividades cerimoniais (2Sm 6.16).

CONCLUSÃO

Em conclusão, este trabalho defendeu uma visão positiva da Aliança Mosaica. De fato, foi demonstrado que as Escrituras apresentam uma visão positiva da Aliança Mosaica e a apresentam como uma aliança boa e graciosa.

Definitivamente, essa abordagem positiva da Aliança Mosaica molda como alguém entende e aplica as Escrituras. Pois, apenas quando se entende o quanto a Aliança Mosaica é grandiosa, boa e agradável, é possível apreciar completamente o quanto a Nova Aliança é melhor. De fato, é assim que as Escrituras apresentam a grandeza da Nova Aliança. O livro de Hebreus contrasta

³⁰ TURRETIN, Francis. *Institutes of Elenctic Theology*. p. 229.

³¹ WITSIUS, Herman. *The Economy of the Covenants between God and Man*. p. 286.

uma boa aliança, a Aliança Mosaica, a uma aliança melhor, a Nova Aliança, e nunca uma má a uma boa aliança (Hb 7.22; 8.6).

ABSTRACT: This article primarily aims to analyze the Mosaic Covenant within the context of Reformed theology, with a particular focus on the interpretive challenges that have emerged throughout theological history and the criticisms directed at the republication approach. This particular approach suggests that the Mosaic Covenant is a republication of the covenant of works, which has generated significant debates within the Reformed tradition. The methodology employed in this study includes a detailed review of historical Reformed interpretations, with an emphasis on the writings of prominent theologians such as John Calvin, Francis Turretin, and Herman Witsius. Additionally, the article offers an in-depth critical analysis of the republication approach, highlighting its theological implications and limitations. The study's main findings indicate that, from a Reformed perspective, the Mosaic Covenant is largely gracious, administering Christ through shadows and providing both justification and sanctification to God's people. However, there is also an aspect of the ministry of death and condemnation present in the covenant when it is considered strictly. The study further explores the continuity between the Mosaic Covenant and the New Covenant, acknowledging the differences but emphasizing their essential connection in the history of redemption. In conclusion, the article argues that the Mosaic Covenant should be viewed positively as a crucial part of the preparation for the New Covenant, which, in turn, surpasses the former in glory.

KEYWORDS: Covenant Theology; Republicationism; Mosaic Covenant; New Covenant